

REVISITAR O CONGRESSO DE MILÃO (1880) E COLOCAR (DEZ/DES) VERDADES EM SUSPENSO

Revisit the Milan Congress (1880) and suspend ten untruths



José Raimundo Rodrigues¹
(PMV/ES)



Lucyenne Matos da Costa Vieira-Machado²
(UFES)



Kátiuscia Gomes Barbosa Olmo³ (PML/
ES)



¹ Prefeitura Municipal de Vitória. PMV. Vitória, ES, Brasil; jrrzenga@yahoo.com.br

² Universidade Federal do Espírito Santo- UFES. Vitória, ES, Brasil;
profaluvieiramachado@gmail.com

³ Prefeitura Municipal de Linhares. PML. Linhares, ES, Brasil; katusciaolmo@gmail.com

Resumo

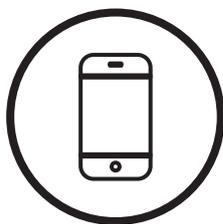
Inquestionavelmente, a história da educação de surdos foi marcada pelo Congresso Internacional para o Melhoramento da Condição dos Surdos-mudos, ocorrido em Milão (1880), doravante *Congresso de Milão*, ou mesmo *Milão*. Para Foucault (2015), é a partir do *a priori* histórico que a arqueologia se desenha. Por isso propomos aqui um recuo histórico, a fim de encontrar vestígios e fragmentos, marcas, indícios de práticas que são produzidas a partir de narrativas cristalizadas sobre este evento italiano. Para tanto, faz-se necessário olhar para esses discursos, verdades e sentidos produzidos por um ângulo bem diferente daquele que se apresenta imponente. Tendo como metodologia a análise de fontes documentais sobre o evento, o entendemos como um acontecimento bem como um documento-monumento como nos aponta Foucault (2015). Para questionar o que vem sendo propalado sobre este congresso histórico sem o cuidado com a leitura e estudo das fontes primárias, nos ativemos particularmente, às atas oficiais editadas por Pasquale Fornari (1880) bem como os relatórios de Ernest La Rochelle (1880) e Adolphe Franck (1880). Também buscamos estudar o relatório de Edmund Treibel (1880) e o de Arthur Kinsey (1880). Entendemos estes documentos como monumentos e pretendemos servir-nos dos conceitos-ferramentas foucaultianos, a saber: *arquivo, a priori histórico e verdades*.

Palavras-chave: Congresso de Milão (1880); Educação de surdos; Métodos de educação de surdos; História da educação de surdos.

Abstract:

Unquestionably, the history of deaf education was marked by the International Congress for the Improvement of the Condition of the Deaf-Mute, which took place in Milan (1880), henceforth the Congress of Milan, or even Milan. For Foucault (2015), it is from the historical *a priori* that archeology draws itself. For this reason, we propose here a historical retreat, in order to find traces and fragments, marks, evidence of practices that are produced from crystallized narratives about this Italian event. Therefore, it is necessary to look at these speeches, truths and meanings produced from a very different angle than the one that appears imposing. Using the analysis of documentary sources about the event as a methodology, we understand it as an event as well as a document-monument, as Foucault (2015) points out. In order to question what has been propagated about this historic congress without taking care to read and study the primary sources, we will focus particularly on the official minutes edited by Pasquale Fornari (1880) as well as the reports by Ernest La Rochelle (1880) and Adolphe Franck (1880). We also sought to study Edmund Treibel's report (1880) and Arthur Kinsey's (1880). We understand these documents as monuments and we intend to make use of Foucauldian concepts-tools, namely: archive, historical *a priori* and truths.

Keywords: Congress of Milan (1880); Deaf education; Deaf education methods; History of deaf education.



**LEIA EM LIBRAS ACESSANDO O
QR CODE AO LADO OU O LINK**

<https://youtu.be/LCDYIN5UvV0>



1 Introdução

Todo artigo é um convite... Este, de modo especial, por tratar do Congresso Internacional para o Melhoramento da Condição dos Surdos-mudos, ocorrido em Milão (1880), doravante *Congresso de Milão*, ou mesmo *Milão*, é um apelo a quem se interessa pela educação de surdos a se recolocar diante do evento de 1880 com a disposição de melhor compreendê-lo e, certamente, aprender novidades com o velho passado.

Muito já se falou e se escreveu sobre Milão, mas talvez, pouco se tenham lido no Brasil os documentos oficiais que retratam o evento. Desta forma, nossa aproximação com Milão se deu

pelos textos das atas oficiais editadas por Pasquale Fornari (1881), os relatórios de Ernest La Rochelle (1880) e Adolphe Franck (1880), respectivamente direcionados ao Sr. Eugène Pereire e ao Ministro do Interior e de Assuntos Religiosos, o relatório de Edmund Treibel em língua alemã e o de Arthur Kinsey em inglês.

Após uma apresentação da série de documentos por nós utilizada, tomamos dez “verdades” ou o que nos propomos a fazer, brincar com as palavras e tratar como (des)verdades que nos têm sido transmitidas sobre o Congresso de Milão há anos. Por isso achamos necessário nos debruçarmos sobre elas desde a leitura das fontes documentais. Contudo não são consideradas “mentiras” pois a proliferação discursiva delas já as constitui uma verdade. Temos por objetivo permitir que estes textos do século XIX nos lancem em contato com aquelas discussões, com as tensões ali geradas, com os desafios que ainda hoje nos pedem novas leituras na desconstrução das (des)verdades produzidas em nosso tempo.

2 Aspectos metodológicos

Somos provocados, por Foucault, a revisitar a educação de surdos a partir do *a priori* histórico que enfatiza ser o único que devemos considerar como ponto de partida. Para Foucault (2015), é a partir do *a priori* histórico que a arqueologia se desenha. Por isso propomos aqui um recuo histórico, a fim de encontrar vestígios e fragmentos, marcas, indícios de práticas que são produzidas a partir de narrativas cristalizadas sobre este evento italiano. Para tanto, faz-se necessário olhar para esses discursos, verdades e sentidos produzidos por um ângulo bem diferente daquele que se apresenta imponente.

E, não seria este o nosso exercício? Nosso desafio? Reverenciar a história? Se inclinar diante dela? Voltar-se para ela (espaço-tempo)? Suspeitar dela? Dos ecos e das verdades vigentes produzidas sobre ela? Trata-se de um grande desafio. E com esse sentimento de busca arqueológica, no sentido daquilo que nos faz sair do lugar e mudar de postura, é que problematizamos o evento, como acontecimento.

Ao caminhar com Foucault pela historicidade do evento como ‘acontecimento’ ancorados nos conceitos-ferramentas de *apriori histórico, arquivo e verdade* não nos referimos ao acontecimento como o evento em si - Congresso de Milão (1880), mas como uma *ruptura acontecimental*, pois é assim que entendemos e nos referimos aos desdobramentos dos discursos produzidos e seus efeitos que ecoam/ecoaram/ecoarão no nosso tempo. O olhar para os *documentos-monumentos como arquivo* visa compreender que por meio dessa noção, cunhada por Foucault (2005a), não se trata do conjunto de documentos antigos do próprio passado, textos acumulados sobre uma determinada cultura, nem mesmo os registros a fim de manter a memória feita por alguma instituição, mas trata-se de:

[...] sistema de discursividade, as possibilidades e as impossibilidades enunciativas que ele produz. O arquivo é, de início, a lei do que pode ser dita, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares. Mas o arquivo é, também, o que faz com que todas as coisas ditas não se acumulem indefinidamente em uma massa amorfa, não se

inscrevam, tampouco, em uma linearidade sem ruptura e não desapareçam ao simples acaso de acidentes externos, mas que se agrupem em figuras distintas, se componham umas com as outras segundo relações múltiplas, se mantenham ou se esfumem segundo regularidades específicas (Foucault, 2005a, p. 147).

Olhar para os documentos que contam sobre a história da educação como *arquivo*, em certa medida, é um desafio, pois a história contada sobre o Congresso de Milão (1880) é uma invenção recente e se dá a partir de suas decisões ecoadas historicamente como uma massa amorfa. E, assim, constitui-se como uma verdade e produz oposições binárias como surdos *versus* ouvintes, oralismo *versus* línguas de sinais (e tantas outras). Destarte, também é um desafio compreender que as metanarrativas construídas sobre essas oposições binárias não se sustentam na medida que os documentos vão se materializando. Foucault traz uma boa questão acerca da verdade: “o ser humano não se caracteriza por um certo relacionamento com a verdade, mas detém, como pertencente a ele de fato, simultaneamente ofertada e ocultada, uma verdade” (Foucault, 1978, p. 575). Para Foucault, a questão da verdade é muito relevante pois passa muito mais pelo jogo de regras na ordem do discurso que condiciona saberes específicos. Muito mais do que discutir se algo é verdade ou não, a questão passa sobre o como as verdades são constituídas, “apenas procura-se identificar o sistema de relações que constitui o solo permeável de um saber possível num momento histórico.” (Candiotto, 2010, p.28)

Em “A verdade e as formas jurídicas”, Foucault apresenta como hipótese duas verdades possíveis. A primeira parte da ideia de uma história interna da verdade “[...] a história de uma verdade que se corrige a partir de seus próprios princípios de regulação: é a história da verdade tal como se faz na ou a partir da história das ciências” (Foucault, 2003, p.11). Já a segunda, que para Foucault, merece ser estudada, são as regras do jogo discursivo a partir do qual irão surgir formas de subjetividade a partir de saberes constituídos e conseqüentemente, relações entre o homem e a verdade.

Para ilustrar a produção de diferentes verdades, ainda nas conferências de 2003 (A verdade e as formas jurídicas), Foucault traz a figura de Édipo, da tragédia grega escrita por Sófocles para analisar a condição da verdade que o rodeia: a verdade oracular que define tudo, que é inquestionável e externa porque é a fonte da verdade simplesmente por ser. É definida como verdade porque a enuncia vinda de alguém ou de algo.

O oráculo de Delfos define a própria existência de Édipo e as verdades nessa tragédia grega são enunciadas por meio da narrativa. Porém ela não basta. Ela não consegue resolver a questão da maldição em Tebas, mesmo quando Tiresias confronta Édipo com sua própria verdade. Essa verdade de Tiresias é uma verdade exterior. Ele mesmo é um adivinho e sua verdade é externa. Ele não afirma diretamente na história: “Tu que mataste Laio”. Mas diz: “Prometeste banir aquele que tivesse matado; ordeno que cumpras teu voto e expulses a ti mesmo”.

Isso tudo foi dito, segundo Foucault (2003), como prescrição, como algo do futuro, predição. Por isso, uma nova constituição de verdade é evocada nesse espaço: a verdade dita por uma testemunha; “[...] falta, entretanto, alguma coisa que é a dimensão do presente, da atualidade, da designação de alguém. Falta o testemunho do que realmente se passou [...] do que realmente aconteceu” (Foucault, 2003, p. 35). Quando o servo de Laio é convocado por

Édipo a dizer a verdade e diz: eu vi, eu estava lá, eu cumpri a ordem de Laio (o rei de Tebas), uma nova constituição dessa verdade é, então, celebrada. A verdade subjetiva, aquela que pode ser afirmada por um “eu”. A verdade:

[...] que se forma pouco a pouco, pedaço por pedaço, elemento por elemento, é um dizer verdadeiro que obedece à forma, à lei e às exigências da memória, e é um dizer verdadeiro que não se pronuncia e que surge de quem o viu pelos próprios olhos” (Foucault, 2010, p. 51).

A essa verdade Édipo não resiste e se entrega à autopunição.

Ora, o fato de Milão ser a cidade escolhida possibilitava criar aquilo que chamamos aqui de “verdade testemunhal”. Desde Paris, em 1878, aparentemente, a “verdade oracular” oriunda dos especialistas ainda não bastava para que se decidisse pelo método oral puro como o verdadeiro e melhor método de ensino da palavra ao surdo. Ainda havia debates profundos, como constam nos documentos-monumentos de Paris (1878) (La Rochelle, 1879) e, sobretudo, em Lyon (1879) (Hugentobler; La Rochelle, 1885). O fato de haver dois institutos em Milão que já trabalhassem com o método oral puro pôde oferecer aos participantes uma espécie de “testemunho” do que poderia ser ensinado aos surdos por meio de sua aplicação, incluindo nesse “testemunho” exposições e mostras sobre o como fazer. Não é sem razão que Franck manifesta sua admiração ante as práticas das escolas de Milão:

Todas as ordens são dadas pela palavra, todas as perguntas são feitas em viva voz, e as primeiras são seguidas por uma execução, as segundas por uma resposta tão rápida como se elas chegassem uma e outra para a inteligência pelo ouvido. O ouvido é aqui substituído pelos olhos e a mímica externa pela mímica interna dos órgãos vocais, exercida, por força da paciência e de acordo com as regras experimentadas, para tornar o surdo-mudo em um falante surdo. O surdo-falante não ouve sua própria palavra mais do que a dos outros; mas a de outros ele lê em seus lábios (Franck, 1880, p. 16-17 - tradução nossa).

O que buscamos é problematizar o que denominamos de *(des)verdade* no sentido de pôr em movimento a história silenciada e distorcida, as personagens desconhecidas, os discursos *(des)conhecidos*, a fim de tornar presença aqueles que estiveram presentes, de tornar visíveis outras discussões produzidas no âmbito do congresso.

2.1 O que sabemos/sabíamos/sabe-se sobre o Congresso de Milão...

Grande parte das pesquisas no Brasil que discutem a educação de surdos fazem alguma referência ao Congresso de Milão (1880). De forma muito evidente, pode-se perceber que, no início deste século, no contexto nacional, as menções ao Congresso de Milão se popularizaram sendo comuns em encontros de formação de tradutores e intérpretes, cursos básicos de libras, palestras, etc. Não temos dúvidas de que o Congresso de Milão impactou historicamente a educação de surdos e posicionar-se contra tal evento não é nossa intenção, pois estamos propondo olhar para ele a fim de desconstruir *(des)verdades* difundidas nas narrativas fixas sobre este congresso.

Mas entre a menção a um evento e a problematização de toda a sua complexidade há um abismo enorme. Por mais que o Congresso de Milão tenha sido popularizado, possivelmente, os textos das atas do evento não foram lidos, estudados, aprofundados, incluindo o relatório do Kinsey publicado pela coleção histórica do INES (INES, 2011). Desta maneira, acontece um fenômeno que transforma o desconhecido em familiar e não consegue, por vezes, adentrar na tessitura do texto de Milão, ultrapassando uma série de preconceitos. Propalado, inúmeras vezes, o Congresso de Milão situa-se como realidade distante cuja mera citação traz consigo toda uma gama de afirmações que nos parecem constituir, por assim dizer, “verdades” do senso comum acerca da educação de surdos.

Em 2011, o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) publicou a tradução do relatório anglofônico do Congresso de Milão. A versão bilíngue do texto elaborado por Arthur Kinsey foi compreendida por muitos como sendo as atas oficiais do evento e, mesmo nesta suposta condição, não conseguiu leitores que se dispusessem a discuti-la, problematizá-la, lê-la no desejo de conhecer como estranha novidade sobre o conhecido evento. Possivelmente, a explicação se encontra no que mencionamos acima: Milão é tido como um evento maléfico já conhecido.

Nesta posição de um evento trágico e infeliz para a vida dos surdos, queremos recordar algumas afirmativas sobre o Congresso de Milão que se popularizaram em solo brasileiro. O intuito aqui é apenas o de exemplificar como algumas dessas (des)verdades se disseminaram em nosso meio e ganharam, para além dos espaços acadêmicos, a condição de irrefutabilidade. Sabemos que tais afirmativas estão interligadas, mas por uma questão didática, apontaremos cada elemento em separado para ao final permitir uma visão de conjunto de suas imbricações. Para cada uma das dez (des) “verdades” sobre Milão procuramos apresentar o que as atas oficiais e outros documentos sobre o evento nos permitem problematizar.

2.1.1 Unanimidade no Congresso de Milão em torno do método oral puro

A narrativa que se tornou tradicional no Brasil fala do Congresso de Milão como um evento em que uma maioria absoluta, praticamente uma unanimidade de congressistas votou a favor do método oral. Sendo assim, Milão teria sido um evento sem grandes discussões ou debates, posto que a adesão da maioria confluiria para o resultado contrário aos surdos.

A leitura dos diversos relatórios sobre o Congresso de Milão não nos permite ver essa suposta unanimidade. Inclusive, o termo Milão foi evento extremamente controverso, apesar de a intenção de seus organizadores ter sido a de fazer passar sem questionamentos a opção pelo método oral.

Entre os congressistas havia desde defensores do método oral até defensores de língua de sinais, passando por defensores do método misto e outras opções em práticas muito variadas eram vivenciadas sem que se pudesse claramente classificá-las num ou noutro método. As discussões apontam para essa divisão de preferências. A cada sessão pode se ver como o movimento de defesa do método oral vai sendo contraposto, ao mesmo tempo em que se

conseguem novas adesões. O movimento não é retilíneo e isso fica explícito quando o abade Tarra decide interromper uma sessão após perceber que no dia anterior a votação estava mais inclinada para o método misto que para o método oral (Fornari, 1881).

Compreender Milão como lugar de “disputa” dos métodos resgata uma dimensão de liberdade dos participantes, impulsiona a percepção das tensões e também o quanto a decisão pelo método oral foi caracterizada pelo uso de vários artificios. Mas para além da disputa de métodos, a não unanimidade ajuda a captar os múltiplos interesses em jogo, os vínculos de poder em tensão.

Reduzir o Congresso de Milão à, dentre tantas rotulações, principalmente “unanimidade”, é ignorar o movimento, as tensões, os discursos, as resistências, os embates, as estratégias, a politização, os conhecimentos educacionais - práticas -, o contexto histórico, ou seja, a toda essa potência que o evento nos oportuniza em seu emaranhado. É perder de vista, é invisibilizar aqueles que se fizeram presentes - representando o ensino de sua instituição, aqueles que se tornaram visíveis - na defesa de seu trabalho, na defesa de seu discurso, na defesa de sua verdade.

2.1.2 Professores surdos não puderam votar

Tornou-se quase uma narrativa oficial de que os poucos professores surdos presentes em Milão não puderam votar. Essa afirmativa explícita uma contraposição entre ouvintes e surdos e já antecipa Milão como debate em que foram contrapostos método oral e língua de sinais. Não raro encontram-se menções a número de votantes como argumento que reforça a atitude dos ouvintes contra a minoria surda presente no evento. O texto de Fornari (1880) nos apresenta que os congressistas estavam divididos em dois grupos: os membros efetivos e os honorários. De acordo com o regimento do Congresso somente os membros efetivos podiam votar, mas nas questões em que membros honorários tivessem grande contribuição a oferecer poderiam também participar da votação.

Em relação à condição de votantes, conforme a lista de participantes apresentada nas atas oficiais por Fornari (1880), dos quatro surdos presentes no Congresso de Milão todos estão como membros efetivos. Podemos, pois, considerar que Felice Carbonera, surdo italiano professor de surdos em Milão; Jame Denison, professor da instituição de surdos-mudos em Washington; Forestier, diretor do Instituto de Surdos-mudos de Lyon, e Theobald, professor do Instituto Nacional de Paris, embora se constituíssem como extrema minoria do evento, tiveram oportunidade de votar.

Nas atas de Fornari (1881), tanto na versão francesa quanto na italiana, não há nenhuma menção sobre os números alcançados em cada um dos escrutínios. Também não conseguimos visualizar essa informação nos outros documentos escritos por La Rochelle, Adolphe Franck, Edmund Treibel. Apenas no relatório de Kinsey encontramos a referência aos números da votação de duas deliberações, nas demais optando por afirmar que foi a deliberação foi aprovada.

Fornari nos dá um indicativo de que Felice Carbonera era simpatizante do método oral e coloca em anexo a carta deste surdo, intitulada “Carta do senhor Felice Carbonera, surdo falante”, em que manifesta seu apoio ao método de articulação. Por mais que essa informação

possa parecer-nos estranha, ela mais uma vez comprova o quanto o Congresso de Milão foi um evento complexo e mostra que dentre os surdos também não existia unanimidade quanto aos métodos. Milão, parece-nos, pois, muito mais impetuoso quanto às discussões que podíamos até então imaginar.

2.1.3 Extinção/proibição da língua de sinais

A ideia de que o Congresso de Milão é o evento da extinção da língua de sinais é, possivelmente, a afirmativa mais conhecida. Popularmente, se diz que “em Milão a língua de sinais foi proibida”. Vários verbos são utilizados para se referir a essa proibição construindo uma imagem de total apagamento da língua de sinais após o Congresso de Milão. Mantivemos o singular “língua de sinais” porque, quase sempre, essa narrativa supõe a existência de uma única língua, como se numa condição pura.

A primeira resolução do Congresso de Milão não menciona o termo proibição, mas sim sugere a ideia de preferência pelo método oral puro. É temerário concluir que Milão tenha proibido ou extinguido as línguas de sinais, pois uma leitura mais ampla do contexto do final do século XIX aponta para a dificuldade de implementação do método oral em função de uma série de fatores como investimento financeiro e treinamento de professores.

Concretamente, podemos ver que o Terceiro Congresso para o Melhoramento da condição dos surdos-mudos, realizado em Bruxelas no período de 13 a 18 de outubro de 1883, tinha a clara intenção de avaliar se as decisões de Milão haviam sido implementadas (Cyrille; Houdin, 1883). Além disso, como bem asseverou Dores (2017), no Congresso de Paris (1900), na seção dos ouvintes, se retomam as decisões de Milão, evidenciando, portanto, que o que fora proposto em 1880 não se consolidara até então.

O impacto da decisão de Milão não poderia ser tão imediato, pois ali se propunha que gradualmente se fizesse a alternância de métodos, a cada ano inserindo uma nova turma a ser instruída pelo método oral sem que tivesse contato com as turmas anteriores que utilizavam métodos que se apoiavam ainda nos sinais. Podemos crer que a adesão foi sendo feita aos poucos. O que isso muda em relação à narrativa popularizada? Praticamente, tudo, pois assim conseguimos assegurar que não houve um momento de extinção, mas sim um período que, impulsionado por Milão, as diversas línguas de sinais foram praticadas por pequenos grupos.

E tal impacto se circunscreve ao ambiente escolar. Outro elemento que corrobora essa nossa compreensão é o fato de que a organização de congressos pelas associações de surdos mostra que, apesar de Milão, as línguas de sinais coexistiram à oralização. A importância dessa percepção atinge diretamente a ideia de que as línguas de sinais só foram “redescobertas” na década de 1960. Se Stokoe lhes assegura um caráter de língua, muito antes elas existiam e, em sua multiplicidade, permaneciam vivas e em uso em muitos países.

2.1.4 A escolha do método oral se deu pela necessidade dos surdos se confessarem

A maioria dos institutos que acolhiam surdos na Europa no final do século XIX tinham vínculos com a Igreja Católica e, certamente, em função desse vínculo disseminou-se o pensamento de que a necessidade dos surdos participarem do sacramento católico da confissão impulsionou a escolha pelo método oral. Na tradição católica a pessoa necessita, como primeiro passo para alcançar o perdão divino, verbalizar para um sacerdote os pecados cometidos.

A análise dos documentos sobre Milão não nos permite essa rápida associação entre método oral e confissão cristã. A ênfase no argumento religioso deixa de lado outros argumentos muito mais consistentes presentes em Milão. Durante o Congresso de Milão se exemplifica que um padre de região de interior que não soubesse sinais teria dificuldade de compreender a confissão de um surdo e que ao fazer sinais, muitas vezes, os surdos reviviam aquilo que queriam apresentar ao confessor.

O argumento em favor da oralização encontra fundamentação em, ao menos, três áreas: antropologia, filosofia e teologia. As ideias de Darwin estavam se popularizando na Europa e falar aparecia como o distintivo do ser humano. Na filosofia, seguindo Locke, considerava-se que o pensamento só poderia se manifestar pela palavra. E, na teologia, as inúmeras referências de Milão o comprovam, a palavra era compreendida como um vínculo divino: pela palavra Deus tudo cria; pela palavra Adão tudo nomeia; pela palavra que é o Cristo os surdos são curados; é mandato divino “abrir a boca dos mudos para que anunciem o evangelho”.

Ao ampliar esse horizonte de argumentos, podemos também contemplar as outras instituições que não eram administradas por católicos, como as israelenses ou protestantes.

2.1.5 Apenas Edward Gallaudet defendeu a língua de sinais

Apesar de certas afirmações de que o Congresso de Milão fora marcado por um consenso de opiniões, também é comum se afirmar que apenas Edward MIner Gallaudet (1837-1917), diretor do Instituto de Surdos de Washington, defendeu a língua de sinais. Essa imagem do herói solitário que tenta combater a vilania dos oralistas contribui também para a execração de Milão.

Não há dúvidas de que Gallaudet teve uma participação importante em Milão, mas será muito mais impactante na seção de ouvintes do Congresso de Paris (1900). A experiência bem sucedida de Washington, onde se fazia uso de sinais combinados com práticas de articulação, certamente, deu a Gallaudet um forte respaldo. Gallaudet em Milão defenderá o acesso dos surdos ao ensino superior, numa época em que na Europa a maioria dos surdos não tinha sequer acesso ao ensino básico.

Para além de Gallaudet, outras pessoas se manifestaram na defesa do uso de sinais ou de sua conservação como auxiliar no processo de educação ou, até mesmo, na prática da articulação. O irmão de Edward Gallaudet, o reverendo Thomas Gallaudet, talvez, numa postura diplomática por perceber o ambiente, defende o uso dos sinais, possivelmente, como elemento constitutivo do método misto e na sua argumentação faz uso de sinais:

Os dois métodos, o dos sinais e o da palavra são necessários para o desenvolvimento intelectual. Ação! Ação! Sempre ação! (Aqui o orador para de falar para se expressar em mímica; e o intérprete Sr. Vaisse acrescenta: a mímica do Sr. Gallaudet é tão expressiva que ela não precisa de interpretação). Se admitirmos, portanto, a ação para o ouvinte-falante, continua o Sr. Gallaudet, como não poderíamos admitir isso para quem não ouve a fala? Os sinais são necessários, não apenas para a educação da mente, mas também do coração. (Fornari, 1881, p. 147 - tradução nossa).

Kierkegaard-Ekbohrn, reitor no Instituto de Surdos Mudos de Bollnas (Suécia), argumenta que “os sinais naturais são, pela nossa maneira de ver, não apenas eficazes, mas necessários para o desenvolvimento de sua inteligência, e, no começo, este é o único meio de comunicação entre o mestre e seu aluno” (Fornari, 1881, p. 134 - tradução nossa).

Paolo Ferrero, reitor do Instituto de Turim, tem duas pequenas participações em defesa dos sinais. É preciso destacá-lo por ser um italiano num evento que majoritariamente estava em questão assumir o método oral utilizado nas instituições de Milão. Na primeira, ele questiona publicamente que “a preferência dada ao método da palavra sobre aquele dos sinais não é de todo evidente” (Fornari, 1881, p. 174). E na segunda: “acho que vou me permitir fazer novamente algumas observações sobre os benefícios da mímica sobre a palavra. A mímica é uma linguagem que vai diretamente à inteligência; a palavra não diz nada...” (Fornari, 1881, p. 177 - tradução nossa)

Isaac Lewis Peet, diretor da Instituição de surdos-mudos de Nova Iorque, faz uma crítica direta ao que percebeu nas sessões do congresso:

Estou surpreso ao ver que os italianos abominam os sinais! Sempre ouvi dizer que os italianos têm duas línguas: a falada, a toscana, e os gestos; conseqüentemente os italianos precisam saber praticamente o que são os sinais. Cícero, e o mímico Roscio, disputava quem melhor expressaria seu próprio pensamento. Cícero pela fala e Roscio pela mímica. Para mim, a linguagem de sinais para surdos-mudos vem de uma causa natural nele, porque o surdo-mudo pensa por imagens; e quando ele faz sinais, nos apresenta imagens. (FORNARI, 1881, p: 192 - tradução nossa).

O mesmo Peet, contrapondo-se a um reverendo que manifestara certa indecisão quanto aos métodos e pareceu pender para o uso do método oral, utiliza-se de exemplos de alguns sinais para mostrar a relação dos sinais com as ideias: “Mais uma palavra. Eu queria falar sobre ideias abstratas... O Sr. Arnold terá a bondade de admitir que podemos manifestar boas ideias, mesmo que por sinais.” (Fornari, 1881, p. 193 - tradução nossa)

Estes exemplos contribuem para notarmos que em Milão não foi apenas Edward Gallaudet a defender o uso de sinais. Reparar nesse fato ajuda-nos a compreender que nenhuma luta por direitos dos surdos pode ter apenas um ou outro personagem como herói ou protagonista. É justamente nesse movimento de integração a outros que as lutas se fortalecem.

2.1.6 Sinalizar às escondidas e castigos aos surdos que tentassem sinalizar

Junto com a afirmação de que houve proibição dos sinais, geralmente, se fala de castigos aos surdos que insistissem em sinalizar e, em função disso, eles passaram a sinalizar apenas às escondidas. Essa afirmativa parece ter coerência e, até mesmo, confirmar a ideia de extinção

da língua de sinais ou sua colocação como uma língua clandestina, proibida, vigiada. A partir dos textos oficiais sobre Milão pode-se afirmar que havia sim um desejo de supressão do uso dos sinais no ambiente escolar e procurou-se colocar isso em prática. Certamente, dentro de uma visão de época, em que castigos escolares eram aceitos e praticados como parte do processo educacional, não é impossível conceber que tais práticas foram exercidas dentro dos institutos de surdos.

A ideia de clandestinidade da língua parece-nos não encontrar respaldo nos documentos. Vários congressistas mencionam que utilizam os sinais no trato com seus alunos e não conseguem perceber possibilidade de uma mudança abrupta da metodologia. E, para além do ambiente escolar, há evidências de que as línguas de sinais continuavam a ser utilizadas. Se na educação ela vai se ofuscando, o mesmo não nos parece se dar na vida social, ainda que restrita às associações, grupos e familiares de surdos e extremamente criticada.

Milão se apresenta, pois, como um evento que impulsiona certo apagamento, mas que não consegue destituir o uso dos sinais entre os surdos.

2.1.7 Os debates de Milão acrílicos, apaixonados e influenciados por Graham Bell

Costumeiramente se sustenta que as discussões no Congresso de Milão foram marcadas por posturas muito apaixonadas por parte dos defensores do método oral e que isso conduziu a reflexão do evento de forma acrílica, gerando as deliberações em prejuízo dos surdos. Parte dessa postura teria sido influenciada por Graham Bell (1847-1922) e suas novas experimentações com o telefone. Vê-se nisso, inclusive, um apelo mercadológico como se Graham Bell desejasse popularizar o uso do telefone. Graham Bell já teria nesse período se destacado como educador de surdos nos Estados Unidos, dando sequência à tradição oralista iniciada por seu pai Alexander Melville Bell (1819-1905).

A maneira como, geralmente, se menciona a relação entre Graham Bell e o Congresso de Milão leva à conclusão de que ele tivesse participado do evento. É preciso, inicialmente, esclarecer que nem Graham Bell, nem seu pai constam na lista de participantes de Milão. Os dois são mencionados pelos oradores em seus estudos e análises sobre os métodos.

A professora Susanna Hull, vinculada à Sociedade de Formação de Professores para Surdos e Difusão do Sistema “Alemão”, que atuava em Londres, menciona Melville Bell em seu discurso:

“...Fui procurar o professor Bell e contei a ele sobre a minha convicção de que “A palavra visível” era um meio de se comunicar com os surdos de nascença. Ele abriu seu coração para o meu propósito e seu filho, professor Graham Bell (o inventor do telefone), ele mesmo começou a ensinar esse método na minha pensão.” (Fornari, 1881, p. 158 - tradução nossa).

Na sequência, Susanna menciona que não obteve sucessos com o método de Bell porque o professor “não admitia a possibilidade da leitura labial” (Fornari, 1881, p. 160).

Arthur Kinsey, da mesma sociedade que Susanna Hull, também tece suas críticas à família Bell:

O Sr. Graham Bell, professor da Universidade de Boston, Estados Unidos, cujo nome ficou famoso em todo o mundo desde a invenção do telefone⁴, dedicando parte de seu precioso tempo à educação de surdos, pensou que facilitaria o ensino da palavra, se alguém fizesse uso do engenhoso e erudito método de linguagem visível inventado por seu pai, mas protesto contra essa inovação e digo isso desde a descoberta da arte de ensinar a falar aos surdos de nascença até os dias atuais, nada produziu um resultado semelhante àquele que se obteve ao fazer o surdo observar, acompanhar e imitar os movimentos dos órgãos de voz e da articulação do mestre. (Fornari, 1881, p. 474-475 - tradução nossa).

Alguns estudos foram enviados ao congresso e constam nos apêndices das atas. Neles podemos ver o estudo enviado por Haerne, diretor da Escola de Surdos-mudos de Liège (Bélgica), em que faz uma séria ponderação em relação aos estudos de Melville Bell⁴ (Fornari, 188).

2.1.8 Adesão pacífica por todos os países

O status dado ao Congresso de Milão no contexto brasileiro sugere que, tão logo se encerrou o evento, aconteceu uma adesão pacífica de todos os países às deliberações do evento. Compreendido dessa maneira, Milão teria tido uma força excepcional de conformar todos os institutos numa mesma metodologia. Mais uma vez, tal argumento reforça o pensamento de supressão total de uma única língua de sinais. Esse “poder” mundial remetido ao Congresso de Milão sugere uma aplicabilidade de suas decisões sem questionamentos, resistências.

O estudo de documentos do final do século XIX nos permitem entrever que as deliberações de Milão não foram colocadas em prática imediatamente. Nem mesmo na Itália, de onde se propagava a nova onda marcada pelo método oral puro, havia uniformidade de métodos quando da realização do congresso. Apoiado na estatística feita por Enrico Raseri e ofertada aos congressistas de Milão, Roberto Sani aponta que dos 35 institutos de educação de surdos da Itália:

Somente em 8 deles foi aplicado o método oral-puro, com exclusão total da contribuição de outras técnicas; em 21 institutos o método oral também foi utilizado, mas o uso de mímica natural (método misto) foi tolerado, principalmente na fase inicial da educação; finalmente, nos outros 6 institutos, uma pluralidade de métodos e técnicas foi usada: da mímica à datilologia, da palavra articulada à escrita (como auxílio para o aprendizado da língua falada). (Sani, 2008, p. 26 - tradução nossa).

Os congressistas manifestaram seus receios em relação à deliberação pelo método oral puro como podemos ver novamente no estudo de Haerne:

⁴ Alexander Melville Bell (1819-1905) desenvolveu um sistema de símbolos fonéticos que representava a posição e os movimentos da garganta, da língua e dos lábios. Seu livro, publicado em 1867, se intitulava: *Visible Speech: The Science of Universal Alphabets Or, Self-interpreting Physiological Letters, for the Writing of All Languages in One Alphabet*.

NT: Graham Bell em 1876 consegue patentear o aparelho que havia criado. Entretanto, sabe-se, atualmente, que, em 1871, o italiano Antonio Meucci fizera uma advertência de patente sobre a invenção do telefone.

É reconhecido pelos homens práticos que o sucesso na articulação exige um número muito menor de alunos por turma do que o que é admitido nas instituições que usam a mímica como base de seu ensino. Portanto, muitos mais professores são necessários para o método de articulação. Apenas cerca de uma dúzia de alunos por turma pode ser admitida para se ter sucesso neste último sistema. No entanto, isto frequentemente é impossível, devido à falta de recursos ou de professores competentes. Aqui novamente o método combinado deve ser recomendado. Neste ensino, como em qualquer outro, o sucesso depende em grande parte do professor, que é a alma da escola, e dos sacrifícios feitos pelo interesse dos alunos. (Fornari, 1881, p. 420-421 - tradução nossa).

Outro exemplo que pode nos ajudar a compreender o movimento gradativo de implementação de Milão é que no Brasil somente se oficializou o uso da articulação e do método oral puro, respectivamente, com o Decreto 6.892 de 19 de março de 1908 e o Decreto 9.198 de 12 de dezembro de 1911.

2.1.9 Congresso de Milão foi organizado pela Sociedade de Difusão do Sistema “Alemão”⁵

Corriqueiramente, principalmente, após o acesso ao relatório de Kinsey traduzido para a língua portuguesa, nota-se um entendimento de que a organização do evento de Milão foi feita pela Sociedade de Formação de Professores de Surdos e Difusão do Método “Alemão” com sede em Londres. Desta forma, concentra-se sobre um determinado grupo, claramente devoto ao método oral, a causa de um evento que teve uma complexa organização.

Nas preliminares das atas, Pasquale Fornari nos fornece elementos que elucidam essa afirmação. A escolha da cidade de Milão se deveu ao fato de nela existirem dois promissores institutos que já praticavam o método oral puro. As circulares do evento mostram dois comitês agindo simultaneamente, um em Milão, outro em Paris. Podemos supor que a carta convite enviada aos diversos interessados na educação de surdos encontrou grande repercussão entre os membros da sociedade londrina, posto que um dos avaliadores de trabalhos a serem apresentados em Milão foi David Buxton, secretário da Sociedade de Difusão do Sistema “Alemão”.

A participação direta de membros da Sociedade de Difusão do Sistema “Alemão” se dará mais imediatamente na composição das mesas do evento. Nesse momento Arthur Kinsey assume como vice-secretário para os congressistas de língua inglesa. Seis trabalhos compostos por membros da Sociedade de Difusão do Sistema “Alemão” foram apresentados em Milão. Retirar da Sociedade de Difusão do Sistema “Alemão” a exclusividade da organização do evento nos faz perceber os outros personagens que estão em movimento na orquestração de Milão.

⁵ Sugerimos a leitura de: Vieira-Machado, L. M. C.; Rodrigues, J. R. A participação da Sociedade de Formação de Professores para Surdos e Difusão do Sistema “Alemão” no Congresso de Milão (1880). In: Vieira-Machado, L. M. da C.; Barboza, F. V.; Martins, V. R. de O (Orgs.). *Pesquisas em educação de surdos, tradução, interpretação e linguística de línguas de sinais: tecendo redes de amizade e problematizando as questões do nosso tempo*. Campos dos Goytacazes: Brasil Multicultural, 2018, p. 61-72.

2.1.10 O surgimento do oralismo em Milão

O Congresso de Milão (1880) costuma ser apresentado como marco inicial do oralismo na educação de surdos. Nessa perspectiva popularizada, antes de Milão os surdos eram unanimemente educados pela língua de sinais e depois de Milão, automaticamente, passam a ser educados pelo método oral puro.

Antes de mais é necessário recordar que o “oralismo” não é um método, mas sim uma tendência metodológica que abarca em si vários métodos experimentados na educação de surdos. Assim, o que as atas de Milão nos permitem afirmar é que a partir de então houve um ênfase no chamado “método oral puro”. A expressão “método oral puro” aparece desde o início do evento e no final será abreviada por Balestra como “método oral” (Fornari, 1881, p. 262), ou seja, a forma como se popularizou entre nós. O método oral já era utilizado em vários institutos na Europa antes do Congresso de Milão, tanto que um dos pontos a se discernir no momento das deliberações é sobre qual método oral se está falando (Fornari, 1881).

Conrad Amman (1669-1724) publicara em 1692 um livro sobre o método oral sendo retomado por John Wallis (1616-1703) em 1698. Há registros de que em 1758, na Alemanha, Samuel Heineike (1727-1790) (FORNARI, 1881) ensinou surdos a falar, gerando depois a possível controvérsia com o abade L'Épée que culminou no julgamento pela academia de Zurique em 1782, de onde se começa a se referir sobre os métodos de forma simples como alemão e francês.

Em território francês fica evidente a disputa entre L'Épée e Jacob-Rodrigues Pereire (1715-1780) (Fornari, 1881). A escola fundada por Pereire fazia uso da oralização após adaptação do alfabeto de Bonet. As duas correntes metodológicas, a saber, a de sinais e a de articulação, coexistiram na França.

Além disso, um dos participantes do Congresso de Milão foi o filósofo Adolphe Franck, representante do Ministério do Interior e de Assuntos Religiosos da França. Segundo o relatório de Milão elaborado por Ernest La Rochelle, Franck havia elaborado em 1861, após visita a institutos que faziam uso do método oral, um parecer contrário à sua aplicação aos surdos de nascença. Portanto, remontam a antes de Milão várias práticas de oralização dos surdos (La Rochelle, 1880).

Considerações Finais

O percurso que trilhamos neste texto nos conduz a algumas constatações que abrem outras tantas dez novas trilhas... Milão permanece um evento a ser melhor compreendido pelos pesquisadores da história da educação de surdos. O conjunto de documentos, tanto as atas oficiais quanto os outros relatórios, nos convidam a conhecer a realização de Milão como um campo de atritos, de disputas, em que as práticas de educação de surdos se nos apresentam de forma explícita. Milão não é um documento do passado, é uma fonte viva a nos fazer refletir sobre o presente, de modo especial, o presente dos surdos no Brasil.

A proposição de cada uma das “dez (des)verdades” e sua confrontação com textos do Congresso de Milão mostram-nos que, apesar de popularizar-se uma determinada apresentação do evento, há uma diferença paradoxal entre o que é afirmado e aquilo que os documentos nos permitem afirmar. Com isso, não intentamos propor novas verdades, mas problematizar também a quem interessam as verdades constituídas e disseminadas entre nós. Ao revermos essas “dez (des)verdades” não queremos restabelecer Milão ou tornar o evento algo favorável aos surdos. Seus impactos são perceptíveis na atualidade. São inegáveis. Desejamos, sim, e acreditamos ter alcançado esse objetivo, mostrar que os documentos nos convidam a outras leituras mais amplas, com novas aberturas de compreensão, com maior disposição de nos confrontarmos com o que acreditamos e aquilo que nos foi ensinado.

Enfim, resta-nos incitar a tantos quantos se interessem pela temática a que se debrucem sobre os textos que nos permitem conhecer Milão. Nossas leituras aprofundadas deste evento poderão nos fazer alçar novos patamares na discussão histórica. As fontes documentais permanecem como lugar privilegiado onde se dá um frutuoso encontro entre o pesquisador e os homens e mulheres que conosco compõem a história, eles e elas naquele tempo e nós como seus interlocutores desde um hoje também histórico.

Referências

- CANDIOTTO, C. *Foucault e a crítica da verdade*. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2010.
- CONGRESSO *Internacional para o estudo das questões de educação e de assistência de surdos-mudos*. (Série Histórica do Instituto Nacional de Educação de Surdos; vol. 5). Rio de Janeiro: INES, 2013.
- CYRILLE, F.; HOUDIN, A. *Troisième Congrès International pour l'amélioration du sort des sourds-muets*. Bruxelles: Imprimeur de L'Académie Royale de Belgique, 1883.
- DORES, C. F. das. *A escolarização de surdos e o congresso de Milão: eclosão da normalização para oralidade*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, Mariana, 2017.
- FORNARI, P. *Compte-rendu du Congrès International pour l'amélioration du sort des sourds-muets tenu à Milan du 6 au 11 septembre 1880*. Roma: Eredi Botta, 1881.
- FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- FOUCAULT, M. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau editora, 2003.
- FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2005a.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2005b.
- FRANCK, A. *Rapport au Ministère de l'Inérieus et des Cultes sur le Congrès de Milan*. Les Essarts-le-Roi: Edition du Fox (org.). 1880. Fac-símile- domínio público. Disponível em: <http://www.2-as.org/editions-du-fox/>. Acesso em: julho 2023.
- HUGENTOBLE, J; La ROCHELLE, E. 1er Congrès National pour L'Amelioration du sort des sourds-muets (réuni à Lyon, les 22, 23 et 24 septembre 1879). *Revue Internationale de l'enseignement des sourds-muets*, Paris, Tomo I, 1885, p. 188-195; 222-226.
- KINSEY, A. A. *Relatório das leituras apresentadas durante o Congresso Internacional de educação para surdos realizado em Milão de 6 a 11 de set. de 1880*. Extraído das minutas oficiais em inglês. Londres: Allen & Co., 1880.

LACHARRIÈRE, L. *et al.* *Congrès International pour l'étude des Questions d'éducation et d'assistance des sourds-muets les 6,7 et 8 Août 1900*. Paris: Imprimerie d'ouvriers sourds-muets, 1900.

LA ROCHELLE, E. *Congrès Universel pour l'amélioration du sort des aveugles et des sourds-muets*. Paris: Imprimerie Nationale, 1879.

_____ *Le Congrès de Milan pour l'amélioration du sort des sourds-muets: rapport adressé à M. Eugène Pereire, Président du Comité d'organization*. Paris: Saint-Jorre, 1880.

MILÃO. *Atas do congresso de 1880*. Rio de Janeiro: INES, 2011. (Série Histórica, v. 2)

RICOEUR, P. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução Alain François [et al.]. - Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

SANI, R. *L'educazione dei sordomuti in Italia prima e dopo l'Unità: Itinerari, esperienze, discussioni*. In: SANI, R. (ed.). *L'educazione dei sordomuti nell'Italia dell'800: Istituzioni, metodi, proposte formative*. Società Editrice Internazionale: Torino, 2008.

TREIBEL, Edmund. *Der zweite internationale Taubstummenlehrer-Kongress in Mailand*. Berlin: Verlag von Wilhelm Issleib, 1881.

VEIGA-NETO, A. *Foucault e a educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

